



Anos 90: Revista do Programa de Pós-

Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul
Brasil

Pereira Elmir, Claudio

Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 19, núm. 36,
diciembre, 2012, pp. 67-90

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069157004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Uma aventura com o *Última Hora*: O jornal e a pesquisa histórica¹

Cláudio Pereira Elmir*

Resumo: O artigo faz um relato de pesquisa realizada com o jornal *Última Hora*, de Porto Alegre, que circulou no Rio Grande do Sul no período de 1960 a 1964. O texto reconstitui a trajetória da investigação, que teve como tema principal as representações construídas sobre o crime no periódico, destacando os desafios enfrentados na ocasião e as opções metodológicas assumidas no decorrer do trabalho.

Palavras-chave: Jornal *Última Hora*. Discurso sobre o crime. Metodologia. Relato de pesquisa.

No dia seis de maio de 1960, o jornal *Última Hora* de Porto Alegre publicou uma extensa matéria tratando do desfecho do desaparecimento de uma moça, ocorrido em novembro do ano anterior. O referido texto trazia à tona o fato de se estar diante de um duplo crime: rapto e sedução, perpetrado pelo cunhado da jovem (marido de sua irmã), que a levou para a cidade de Canoas quando ambos tomaram conhecimento de que “ele a engravidara” (essa me parece uma expressão adequada às concepções sociais vigentes à época). Convergente ao universo valorativo de alguns segmentos sociais, não seria absurdo supor que alguém dissesse, à ocasião, que “O cunhado fez mal à moça”, não obstante o entendimento do casal secreto poder ser bastante distinto dessa avaliação. A revelação da história, sob a pena imaginativa do articulista do vespertino, verteu-se na narrativa que, em parte, reproduzo a seguir:

* Mestre e Doutor em História pela UFRGS. Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. E-mail: elmir@unisinos.br

[...] estava nascendo um amor impossível. Amor de Ruy casado por Marina solteira. Amor de Ruy homem por Marina moça.

Ruy deveria ter se afastado, mas não se afastou. Marina devia ter pensado, mas não pensou. Discutiam o caso e sempre concluíam pela separação, mas não se separavam. E um dia Marina se deu, quando não poderia se dar. E Ruy aceitou, quando não poderia aceitar. Marina moça morreu e nasceu menina mulher.

Durante um ano Ruy e Marina se amaram em segredo. Na frente da família, eram cunhado e cunhada. Ruy se preocupava, procurava uma saída e não descobria. Mas Marina era feliz. Vivia numa embriaguez permanente e cega, que enchia sua boca (de) sorrisos. [...] Mas para Ruy aquele amor secreto era um inferno.

Um dia o castelo de cartas caiu.

Marina teve gêmeos. Os gêmeos morreram. Marina teve amor, Ruy não fugiu. Marina ficou sozinha. Resolveu voltar. Voltou e não quis denunciar Ruy. Inventou uma história que ninguém acreditou e começou a chorar. Chorar por ela que tinha perdido tudo, chorar por Ruy que não tinha vindo. Então a Polícia descobriu a verdade, Ruy foi preso.

Ruy confessou tudo. Foi preso, ficou sem Marina, ficou sem a esposa, ficou sem o filho [...] Foi acusado de rapto. Foi chamado de sedutor [...] Quem pode entender a história de Ruy? Ninguém (UH, Porto Alegre, 6 de maio de 1960, página central).

Na cidade de Porto Alegre, no correr do ano de 1960, crimes de rapto e sedução compareciam nas páginas de alguns jornais. Meninas torpemente enganadas por homens ardilosos que as faziam manter – desculpem-me o palavrão jurídico – “conjunção carnal” sob falsa promessa de casamento eram expostas nas páginas da imprensa

escrita. A leitura atenta das matérias – de cuja exigência o leitor habitual do vespertino estava dispensado – faria perceber que, no trabalho de construção do sentido para o acontecimento (contido este na própria narrativa), a identificação de vítimas e culpados não se resumia – seguindo uma certa previsibilidade jurídica – a “mocinhas enganadas” (vítimas) e “homens vis” (culpados). A fábula, configurada no texto, assumia as feições de um enredo no qual a reversibilidade de papéis morais estava presente o tempo todo e se submetia, invariavelmente, a uma “ordem da escrita” cuja correspondência a uma “ordem dos acontecimentos” não devemos, ingenuamente, supor. Quando o jornal publica, em página central, uma foto da “Bela Marina” e, abaixo desta, introduz uma legenda mencionando que a jovem respondeu a centenas (sic) de perguntas feitas por um Comissário de Polícia a fim de esclarecer o caso, podemos bem compreender que a razão erigida desde um lugar privilegiado para a construção do discurso do senso comum – como é o caso da imprensa – também pode ser ardilosa.

O leitor do *Última Hora* em Porto Alegre via-se, cotidianamente, assaltado pelas mais diferentes situações sociais envolvendo casos de transgressão, estivessem ou não esses casos associados a práticas delituosas ou criminosas em um sentido mais estrito. O jornal, que tinha publicação vespertina e que não mantinha um público leitor constituído predominantemente de assinantes², além de ter nascido fora do Estado (no Rio de Janeiro) uma década antes (1951), precisava trazer impressos em suas páginas motivos suficientes que justificassem o caráter assumido pelo jornal em seu próprio título: *Última Hora*. Dizendo de outra maneira, o vespertino, que fazia parte da rede criada por Samuel Wainer na conjuntura crítica da eleição presidencial de Getúlio Vargas e de seu turbulento governo (1951-4), destinou-se à prerrogativa de oferecer ao leitor o conhecimento do novo, do absolutamente novo, daquilo que não havia sido publicado pelos outros jornais, daquilo que tinha escapado ao conhecimento dos demais periódicos – fossem ou não seus concorrentes diretos. Aliada a esse empenho, estava sua (talvez não seja exagerado dizer) obsessão pelo inusitado. Penso que é possível condensar a confluência destes termos (novo/inusitado) em uma expressão cunhada por Pierre Bourdieu para definir

o funcionamento do campo jornalístico, de maneira geral, e a televisão, em particular; isso, na França. Quando aborda a fragilidade de alguns programas jornalísticos de entrevistas, nos quais, segundo as palavras do sociólogo, os “pensadores rápidos” (*fast thinkers*) realizam desempenhos sofríveis, Bourdieu identifica duas lógicas solidárias próprias desse espaço social de produção e circulação de discursos, ambas concorrendo para a (re)produção da mediocridade intelectual. São elas: a ilusão do “nunca visto” e a ilusão do “sempre assim” (BOURDIEU, 1997, p. 61). Ou se acredita estar tratando de algo jamais antes abordado ou, simetricamente, acredita-se que a repetição é o que move os fenômenos, contribuindo, por meio desse raciocínio de engodo, à construção de uma visão conservadora da sociedade. Nas páginas do jornal *Última Hora*, o logro do “nunca visto” mimetizava, na interpelação do “mundo dos fatos”, o vaticínio lançado pelo nome assumido pelo periódico de Wainer.

Mas o que o leitor daquele jornal encontrava, exatamente, quando um daqueles exemplares caía em suas mãos? *Última Hora* era um jornal em formato tablóide, como são hoje a maioria dos jornais que circulam no Rio Grande do Sul, a exemplo da *Zero Hora*, do *Correio do Povo*, d' *O Sul*, do *Jornal do Comércio* e do *Diário Gaúcho*, apenas para lembrar alguns deles. O vespertino de Samuel Wainer foi produzido no Estado no período compreendido entre 15 de fevereiro de 1960 – portanto, cerca de uma década após sua criação no Rio de Janeiro – e 26 de abril de 1964. Antes de completar um mês do golpe militar de 31 de março de 1964, o jornal foi fechado, e, cerca de uma semana depois (no dia 04 de maio), começava a circular a *Zero Hora*, que, desde o primeiro número, fez a defesa do novo regime instaurado com a deposição de Jango, assumindo uma linha política oposta à de seu antecessor, embora, nos primeiros anos de circulação de *Zero Hora*, a identidade visual e o tom na abordagem do fenômeno criminoso em suas páginas guardassem grande aproximação com o *Última Hora*. Correndo o risco da simplificação, eu diria que o *Diário Gaúcho*, pertencente ao mesmo complexo de comunicação da *Zero Hora* (a RBS), cumpre hoje, parcialmente, o papel que era desempenhado há quase meio século pelo jornal de Wainer no Rio Grande do Sul.

Jornal de poucas páginas, de venda prioritariamente avulsa, trazendo muitas fotografias e títulos espetaculares, o *Última Hora*, através de suas matérias, oferecia ao leitor textos agradáveis ao ouvido, trazendo à tona uma espécie de oralidade secundária impressa no papel. O encadeamento ritmado de frases curtas propunha ao leitor uma experiência de comunhão com a narrativa que não poderia se adequar aos protocolos da leitura silenciosa que a relação íntima (individual) leitor/texto exigiria. Os textos do *Última Hora* combinavam melhor (e se conformavam plenamente) com a performance da enunciação. Precisavam ser pronunciados e não apenas lidos. Cabiam melhor nos ouvidos, embora aos olhos se oferecesse, paralelamente, a visão do imponderável.³ As imagens reproduzidas nas fotografias estavam a serviço justamente da demonstração daquilo que o simples arrolamento das palavras poderia, eventualmente, não conseguir: a produção da crença. Ao associar essas duas dimensões (a visual e a auditiva), o fazer jornalístico do *Última Hora* propunha ao leitor, no limite, uma experiência estética, dirigindo-se a sua “razão sensível” e não a um “conhecimento puramente intelectual”, como um dia sonhou Descartes. Muito mal condensando essa lógica de funcionamento do texto do *Última Hora*, esse jornal realizava, para uma certa “sociologia da comunicação”, um “discurso sensacionalista”. Essa abordagem, da qual quero deliberadamente me afastar, parece ter encontrado seu limite explicativo no “jornal” (tomado como “empresa”), não conseguindo atravessá-lo em direção ao “texto”. Esse não deixa de ser, no meu modo de entender, também um limite ideológico característico da abordagem da imprensa feita na década de 1970.

Durante os pouco mais de quatro anos em que circulou o vespertino, seus leitores depararam-se com um jornal “à esquerda”, identificado, em linhas gerais, com as práticas políticas populistas do pós-1950, cujo ponto de origem pode ser localizado na eleição presidencial de Getúlio Vargas naquele mesmo ano e com os compromissos recíprocos assumidos entre Samuel Wainer e Vargas naquela mesma conjuntura⁴. No caso específico do Rio Grande do Sul, onde o jornal só teve existência dez anos depois de sua criação, a cobertura jornalística realizada sobre a Campanha da Legalidade (1961) e o Golpe Militar (1964) – para ficar apenas nos

acontecimentos mais representativos do período em termos políticos – corrobora essa opção. Naqueles momentos de acirramento do debate político-ideológico e de crise, o jornal não hesitou em firmar posição a favor da primeira (GRIJÓ, 2011; DIAS, 2011) e contra o segundo. No entanto, excetuando-se esses acontecimentos-limite, ao longo de todo o período de quatro anos, o *Última Hora* teve como uma de suas centralidades editoriais a abordagem de fenômenos criminosos que, diferentemente do que ocorre nos dias de hoje – na divisão previsível do espaço do periódico entre suas diferentes editorias –, ocupavam toda e qualquer parte do jornal: desde as páginas internas e a página central até mesmo a capa e a contracapa. Portanto, aquilo que hoje denominamos de “crônica policial” e que, geralmente, ocupa um espaço restrito no conjunto dos assim designados “jornais informativos diários”, alcançou, no *Última Hora*, lugar privilegiado e difuso. Sem dúvida, o leitor habitual do vespertino lidava com o paradoxo de saber que diariamente encontraria nas suas páginas “crimes em profusão”, ao mesmo tempo em que a construção da narrativa destas matérias atendia ao princípio já mencionado anteriormente do “nunca visto”. As histórias “sem sentido”, que todos os dias capturavam o leitor para a sua causa, deveriam ser tão esperadas quanto surpreendentes. Todas as tardes, quando o jornal chegava às ruas e às bancas, o leitor procurava (ou, às vezes, apenas encontrava) o “excepcional normal”. Esse deveria ser um contrato implícito, agora sim, silencioso, entre o jornal e o seu leitor.

Se hoje, decorrido mais de meio século desde a criação do jornal no Rio Grande do Sul, a produção de matérias jornalísticas envolvendo crimes de rapto e sedução pode soar ao mais pudico dos leitores como algo implausível e, para a maioria de nós, até mesmo risível, em 1960, essas e outras transgressões relacionadas ao que se convencionou denominar de “crimes contra os costumes” encontravam nas páginas do *Última Hora* campo fértil para uma minuciosa abordagem, compondo, ao lado de outros, o rol dos temas prioritários da crônica policial do vespertino. O leitor do *Última Hora* tinha diariamente diante de si matérias que davam conta de um virtual clima de guerra civil em que a sociedade rio-grandense em geral, e a cidade de Porto Alegre em específico, se viam

envoltas. A negatividade do social era reiteradamente mencionada e objeto de um investimento editorial massivo. Repetindo a pergunta que fiz anteriormente, o que o leitor daquele jornal encontrava, exatamente, quando um exemplar dessa publicação caía em suas mãos? No *Última Hora*, o excepcional era normalizado pela constância, pela repetição incansável, por se tornar, paradoxalmente, o “mesmo”, quando deveria ser o “outro”. Sua distância em relação ao leitor era desfeita por meio de um processo clássico que ocorre no campo do jornalismo, segundo o qual se dá o duplo movimento “descontextualização/recontextualização” (WISNIK, 1992). Inserido na cotidianidade da leitura, aproximado do leitor através de um conhecimento empírico oferecido por sua interlocução com o texto, o crime deixava de estar no lugar originário de sua realização na experiência mesma, passando a mobilizar os sentidos de um leitor qualquer: alguém que se dispunha a fazer parte daquela comunhão.

Nesse caso, “impossível” não era apenas o amor de Ruy e Marina, mas também tantas outras práticas sociais transgressoras que mereciam o “espanto” do articulista, transmutado pela sua narrativa no “espanto” também do leitor. Afinal, como diz a matéria com a qual iniciamos este artigo: “Quem pode entender a história de Ruy”? A resposta não deixa margem à discussão: “Ninguém”. Mas há que ser cauteloso. Isso não significa necessariamente que houvesse nessa abordagem uma simples demissão da razão, situando o acontecimento em um âmbito de irracionalidade. A (aparente) renúncia à explicação (ou a constatação de sua impossibilidade) pode fazer parte de uma estratégia retórica empreendida pelo discurso jornalístico, já que “[...] a linguagem da mídia é uma linguagem retórica” (SILVERSTONE, 2002, p. 64). Sim, a retórica é uma técnica, mas também um convite.⁵ Em várias ocasiões, no texto do *Última Hora*, este “espanto imobilizador” – tão diferente daquele que os gregos antigos inventaram na filosofia – esteve a serviço da captura do leitor. Espanto simulado, foi também instilador de suspense, a exigir mais vontade de saber; portanto, mais texto e mais leitura. “De vez em quando, e para sempre, é o texto que nos chama e nos reivindica” (SILVERSTONE, 2002, p. 69). A resolução de muitos dos casos trazidos pelo jornal dependia –assim como os próprios acontecimentos – de enredos de muitos dias. A forma como se

apresenta o texto jornalístico condiciona, assim, a configuração da matéria de seu inquérito.

Que outras práticas sociais transgressoras eram objeto do *Última Hora*? Nesse investimento, que situações delituosas eram produtoras de um discurso sobre o crime? Pude identificar, em minha pesquisa, pelo menos cinco delas, segundo o critério da maior incidência no que diz respeito a matérias feitas, considerando-se todo o período de circulação do jornal, ou seja, ao longo de quatro anos mais ou menos: (1) rapto e sedução; (2) adultério; (3) prostituição (e lenocínio), (4) estupro e (5) “menores”. Solidário ao critério da maior representatividade numérica da ocorrência jornalística dos casos, agreguei um segundo, que diz respeito ao tamanho das matérias, optando, nesse caso, por narrativas mais longas, que me permitissem fazer um exame mais consistente da produção do discurso sobre o crime. A seleção, tendo em vista estas duas variáveis (quantidade e extensão), só pôde ser feita após uma leitura extensiva de todo o período de circulação do jornal. Portanto, não houve o estabelecimento prévio do *corpus*, orientado por critérios externos à fonte. Procurei orientar a escolha do material a ser analisado pelos indícios revelados na leitura de minha fonte (objeto) principal, mas, desde logo, percebendo que não poderia ser a única: o jornal. Critérios externos seriam, por exemplo, identificar quais os “grandes crimes” ocorridos no estado na conjuntura de circulação do jornal, ou seja, entre 1960 e 1964. Essa identificação poderia ser feita a partir de outra fonte que não o jornal (documentação policial, judiciária e até mesmo bibliografia, por exemplo). Isso poderia ser feito e teria resultado em um trabalho distinto daquele que realizei. Mas eu não estava interessado, naquele momento, nos “grandes crimes”, como o assassinato da esposa do então Deputado Estadual Euclides Kliemann, cuja repercussão no *Última Hora* gerou mais de 100 dias de matérias sobre o caso, o “Caso Kliemann” (DE GRANDI, 2010). Contudo, eu ainda não sabia disso na fase de levantamento do material e, por essa razão, fiz a transcrição integral de todas as matérias sobre o caso, o que resultou em dez blocos, com mais de quinhentas páginas de fichamento (hoje, falaríamos em número de fotografias). Esse extenso material não foi utilizado no trabalho. Esta espécie de “vertigem do acúmulo”⁶ é, entre outras

razões, o resultado previsível de um objeto mal circunscrito na fase de elaboração do projeto. Tudo passa a interessar na medida em que não se tem, bem delimitada, uma clara centralidade. Apesar de meu caminho de investigação, tortuoso e tateante, produzir um corolário incontornável – a lentidão na consecução da pesquisa e o atraso de sua conclusão –, não creio que a delimitação do *corpus* externa à fonte pudesse gerar resultados mais satisfatórios. Isso se o pesquisador estiver ainda interessado no “acontecido” e não somente na sua terminalidade textual. Vou explicar melhor. Se, para além de uma unidade discursiva, ainda houver um horizonte de veracidade que nos empurre para fora do texto, o maior número (aqui também incluídas análises intertextuais) é capaz de oferecer uma confiabilidade maior às conclusões extraídas do material. Penso que não basta, por exemplo, saber que o maior número de crimes ocorre no verão (e não no inverno); nos fins de semana (e não durante a semana); mais aos sábados e menos às sextas-feiras e menos ainda aos domingos; mais no período da meia-noite às seis horas da manhã e menos em horários diurnos e assim por diante. Esses dados, de maneira geral, parece serem reais (as estatísticas criminais indicam isso), mas elas também indicam que, entre os crimes que merecem registro (porque também há, e são vários, os que não os têm!), a maior incidência na sociedade é de homicídios, furtos e roubos. Há estatísticas judiciais que demonstram isso para o período de 1950 a 1959. Mas não encontrei estatísticas policiais para esse período, nem estatísticas policiais ou judiciais para a década seguinte, a primeira metade da qual concerne ao período de minha investigação. De qualquer maneira, há dados que indicam uma certa frequência majoritária desses crimes (homicídios, furtos e roubos) e que devem ser levados em conta numa plausível manutenção aproximada dos números para a primeira metade dos anos 1960. O que parece razoável supor (e esta é uma hipótese que surgiu durante a fase de levantamento e leitura do material e não na confecção do projeto de pesquisa) é que transgressões levadas a efeito por crianças e adolescentes, crimes de rapto e sedução, adultérios (que eram quase que invariavelmente femininos), exploração do meretrício e práticas de prostituição, bem como estupros, não eram os delitos que mais ocorriam na sociedade, embora fossem os que mais

compareciam nas páginas policiais daquele jornal. Essa constatação coloca a questão de como lidar com essa dissimetria. Como abordar a maior presença de alguns crimes no discurso jornalístico com uma suposta menor incidência destes no âmbito social? Existe uma resposta preguiçosa para esse desencontro (travestida de “categoria explicativa”), a qual já mencionei aqui, e que consiste em designar ao jornal a produção de um “discurso sensacionalista” vinculado a amplos “interesses capitalistas” (mercado, venda de jornal, lucro...).⁷ O primeiro, desde esse entendimento, é um resultado “natural” dos interesses do segundo, por mais que essa qualificação não seja substantiva (ela é apenas aparente) e por mais que estes interesses capitalistas também sejam etéreos ou difusos. No fundo, esse tipo de explicação mais se parece a uma “demonstração didática (ou pedagógica)” mitigada da relação de dependência/complementaridade entre “superestrutura” e “infraestrutura”, com validade universal, do que qualquer outra coisa.

Acredito, preliminarmente, que as melhores explicações para os fenômenos sociais são aquelas que resultam de um trabalho árduo e, talvez por isso, mais demorado de escrutínio. A construção do problema em um projeto de investigação científica não pode resultar em uma “pergunta retórica”: bem entendido, uma pergunta para a qual o pesquisador já tem a resposta sob a manga ou na cartola. Se apenas cartas marcadas ou coelhos surgirem, estaremos sob o império da farsa. Não podemos fazer de conta que não sabemos a resposta. Penso que o “espanto produtivo” no processo de construção do conhecimento se faz na descoberta da resposta não sabida para uma questão bem concebida. No caso particular de meu trabalho, dou-me conta, agora, por que essa resposta depende de textos relativamente extensos como *corpus*. A opção em perguntar “como se constrói o discurso sobre o crime na imprensa no período compreendido entre 1946 e 1964” (esse era o problema no princípio), e não por quê, aponta, desde sempre, para a natureza do lugar da resposta, a saber, um texto narrativo. Se assim for, é preciso revirar o texto por dentro para que, de seu interior, saia a explicação.⁸ Não há como ser ligeiro nessa tarefa, já que ela não se coaduna com a identificação da tese no documento selecionado, mas, inversamente, submete a hipótese formulada ao veredito da

fonte. Essas operações, definitivamente, fazem parte de princípios metodológicos muito distintos. Se o texto (documento) citado não for tão somente a ilustração de um pensamento autoesclarecido por antecipação, então há que saber o tamanho das pernas e, para dispor-se a encontrar o que não se sabe, circunscrever o campo de visão e de manipulação. Para tanto, a “imprensa” que consta em minha pergunta transforma-se no “jornal *Última Hora* de Porto Alegre”, e o período cronológico definido desde um critério externo à fonte, e segundo parâmetros estritamente políticos⁹, deve ceder ao que ela nos diz e, por isso, encolher ao tempo de duração do jornal no Rio Grande do Sul (1960 a 1964). Foi mais ou menos isso que procurei fazer. No andar da carreta, as melancias me propuseram novos (des)arranjos.

Uma questão metodológica que merece especial atenção neste nosso debate sobre a utilização do jornal na pesquisa histórica diz respeito à forma pela qual iremos interpelar esta fonte, ou, dizendo de outra maneira, ao estatuto que ela assume no inquérito que lhe dirigimos. O jornal é um documento traiçoeiro para o historiador¹⁰. No editorial da *Tribuna da Imprensa* do dia 2 abril de 1964, à p. 1, podemos ler o seguinte texto:

Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular, o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comunocarreirista-negocista-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covarde que ela já conheceu (apud BARBOSA, 2007, p. 184).

Que protocolo de leitura um texto desta natureza exige? O que dele podemos extrair? Que cuidados devemos tomar para não embarcar no solerte canto da sereia ou, seria melhor dizer, do “Corvo” (Carlos Lacerda)?¹¹ É bem sabido, desde os antigos, e Roger Silverstone nos lembra disso, que “[...] a retórica, para ser eficaz, tem de se basear em algum grau de identificação entre o orador e a audiência” (SILVERSTONE, 2002, p. 70). Se,

por hipótese, o editorial da *Tribuna* diz aquilo que seu leitor quer “ouvir”, nós, como leitores extemporâneos e críticos de seu discurso, não podemos permitir que essa identificação se dê também conosco. Nesse caso, a atitude mais prudente – lugar onde desde sempre mora a virtude – é manter a suspeição. Amarrar-se ao mastro da nau, não para suspender o juízo definitivamente qual fôssemos céticos, mas a fim de melhor avaliar a situação. Historiadores são leitores empíricos de textos que foram produzidos para leitores-modelo, mas que encontraram, na sua trajetória de recepção – por vezes imprevisível –, outros leitores reais. Na guerra travada entre a *Tribuna da Imprensa* e o *Última Hora*, por vezes, os leitores ideais são, respectivamente, os “antigetulistas” e os “getulistas”. Aqui reside a diferença entre “aquele para quem o discurso se dirige” e “aquele que dele se apropria”. Para não produzirmos um entendimento ingênuo da imprensa, há que saber que o “universo da produção” mantém, na prática, respeitosa distância em relação ao “universo da recepção”. É isso o que faz, por exemplo, que flertes não se transformem, necessariamente, em namoros; nem que impropérios redundem, invariavelmente, em réplicas verbais ou luta corporal. Na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas talvez tenha revelado (antes de Umberto Eco) sua mais completa compreensão dessas diferenças teóricas, ao deliberar consigo mesmo sobre a sua morte, ao escrever a “carta-testamento” e, finalmente, ao dar cabo de si.

O jornal, nesta perspectiva da recepção, pode ser apropriado das mais diversas formas. Quero propor uma breve digressão acerca de duas destas maneiras de ler o jornal para fins de pesquisa. Uma delas, aparentemente mais simples, consiste em tomá-lo (1) como fonte de informação. A segunda delas, aparentemente mais complexa, faz dele (2) objeto intelectual da pesquisa. Evidentemente, nenhuma das duas exime o pesquisador de realizar a indispensável crítica do documento. O que pode ocorrer, entretanto, é que, ao extrair do jornal “informações” sobre um tema por ele abordado, seja negligenciada a devida crítica interna. Atribui-se equivocadamente à informação valor neutro, desconsiderando-se as suas condições de produção e a carga subjetiva mantida por toda e qualquer fonte. Nesse sentido, a ausência de contextualização

funciona como uma espécie de perigoso salvo-conduto emitido pelo investigador, que poderá acarretar a ele, no uso feito do jornal, uma série de equívocos involuntários. Essa escolha se interpõe mais facilmente no caminho do pesquisador, quer me parecer, quando o conteúdo dessas informações está relacionado, no texto, a processos descritivos e narrativos pelos quais se supõe uma maior verossimilhança do discurso ao objeto de sua menção, tendo em vista a presumida (e não certa) ausência de narrador no texto oferecido à leitura. Em longo artigo, no qual analisa a repercussão social e popular do suicídio de Vargas na imprensa, especialmente concentrado nos motins urbanos, Jorge Ferreira propõe identificar o “imaginário” e o “simbólico” presentes nessas encenações. A parte do texto na qual examina “A insurreição popular em Porto Alegre” é construída, segundo o autor, por meio de informações (todas elas) obtidas no jornal *Correio do Povo* do dia 25 de agosto (FERREIRA, 1994, p. 83). O texto de Ferreira, ao final, diz o seguinte: “Em poucas horas, o motim se esgotaria, com o saldo de dois mortos, dezenas de feridos e *uma cidade reduzida a escombros*” (FERREIRA, 1994, p. 88. (Grifos meus). Ainda que seja, ao que tudo indica, uma citação indireta (ou paráfrase) do jornal, ao não elaborar a crítica do documento, ficamos sem saber a posição do autor em relação a esse desfecho proclamado.¹²

Há inúmeros exemplos, em trabalhos acadêmicos, que fazem uso da fonte jornalística, de uma apropriação direta – sem a devida mediação crítica – desse material. Penso que não é o caso de me estender aqui sobre eles. Ao perseguirmos a “opinião” – seja isso o que for – e ao elegermos o “tempo presente” (aquele que, até certo ponto, faz um só o “tempo do acontecido” e aquele outro de nossa intervenção analítica) como parâmetro de nossa investigação, estamos correndo riscos. Na confluência de múltiplas subjetividades, os fios que as bem tecem também devem ser aqueles capazes de discriminar as partes que resultam na trama. Por mais que possa ser objeto de controvérsia, um dos mais recentes ensaios de Beatriz Sarlo (2007) publicado no Brasil (*O tempo passado*) nos faz pensar – contra o deslumbramento do testemunho e com sua rápida elevação intelectual, ética e política à categoria de prova – que o “excesso de subjetividade” e a “retórica testemunhal”, definitivamente, não são

dados negligenciáveis nos cuidados metodológicos para os quais todos devemos atentar em nossas pesquisas. Se não tratar de uma revelação inescrutável (religiosa, eu diria), todo discurso pode e deve ser submetido a um juízo crítico. Não é demais dizer que a imprensa, elencada entre nossas fontes, não está isenta desse esforço que nos cabe.

80

Na segunda acepção mencionada, podemos abordar a imprensa e, mais especificamente, o jornal, como objeto intelectual da pesquisa. Nesse caso, ele deixa de ser – segundo aquela visão ingênua a que nos referimos anteriormente – um mero continente de onde se extrai um conteúdo a ser, simplesmente, transposto, de uma narrativa a outra: da narrativa jornalística à narrativa historiográfica. Se o jornal se transforma, para o pesquisador, em objeto intelectual, as perguntas feitas a ele alteram-se, até certo ponto. Paradoxalmente, elas demandam uma operação paralela e oscilante pela qual expulsam o pesquisador para fora do texto e, ao mesmo tempo, o empurram para dentro. Em ambos os casos, as determinações que contribuem a explicar a natureza daquilo que se quer investigar são várias, e o melhor discernimento sobre isso somente pode ser feito respeitando esta necessária oscilação (dentro/fora) no decorrer da pesquisa. A explicitação e o cotejamento dos diferentes níveis de coerência textual, por exemplo, dependem dessa dupla e solidária visada. Para que essa operação resulte exitosa, é preciso saber o que comparar; que unidades – tanto internas quanto externas ao jornal (a serem determinadas pelo investigador) – são passíveis de comparação. Essas precauções não são menores, já que um descuido nessas definições é capaz de gerar, na sequência, resultados desastrosos para a pesquisa.

No meu trabalho, acabei combinando – penso eu – essas duas maneiras de ler o jornal. Extraí informações e fiz dele o objeto intelectual de meu empenho. Mergulhei, o quanto pude, nos seus textos (e fiz deles discursos), mas também fui obrigado, mais uma vez por eles, a procurar outros textos, fora do jornal, tanto porque o jornal os mencionava, inúmeras vezes, quanto pelo fato de eu desconfiar, também em várias situações, da justeza do que ele me dizia. Esse procedimento acabou por me levar a construir um capítulo na dissertação que não estava previsto. Ao abordar o

“fenômeno do crime”, tantas eram as remissões que o jornal fazia a outras esferas da sociedade, nas quais o crime era igualmente objeto de interpelação, que empreendi – contraditoriamente às prescrições do melhor método científico – o alargamento do *corpus* da pesquisa quando ela já ia (ou deveria ir) adiantada. O próprio jornal me forneceu o mapa e os motivos para me expulsar de seu texto em busca da confirmação ou da retificação dos juízos pouco comedidos por ele formulados. Com isso, novos documentos foram incorporados e, além do campo jornalístico (que continuou sendo central), agregaram-se a ele os campos político-parlamentar (Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e da Câmara Municipal de Porto Alegre), policial (Relatórios) e jurídico (artigos, especialmente da *Revista Jurídica*, editada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul). A leitura de fontes de natureza diversa foi fundamental para perceber que, na verdade, ocorriam disputas entre esses diferentes campos pela legitimidade na enunciação do discurso sobre o crime. As solidariedades e as contraposições de posições, as proteções e as desqualificações entre eles ficaram evidentes na construção que pude realizar deste jogo de intertextualidades. A diversificação dos documentos, nesse caso, propiciou recompor, até certo limite, o tenso movimento de diálogos estabelecidos por esses diferentes campos, permitindo perceber, em algumas situações, as diferenças que podem existir entre discursos construídos para o “consumo interno” do grupo (corporação) e discursos erigidos para o “consumo externo”. É exemplar dessa incoerência intertextual o exame das representações feitas acerca do policiamento realizado pelos “Pedro e Paulo”. Enquanto o historiador oficial da Brigada Militar (Aldo Ladeira Ribeiro) produz uma avaliação extremamente positiva dos componentes destes batalhões, os “Relatórios das atividades do Batalhão Policial ‘Pedro e Paulo’” trazem um diagnóstico bem menos retocado desses mesmos policiais e de sua atuação (ELMIR, 1996, p. 90-95).

Além disso, um segundo exercício realizado – e que não estava no plano inicial – foi feito com as memórias produzidas por pessoas que viveram a sua juventude em Porto Alegre entre os anos 1950-60, sob a forma de depoimentos e/ou crônicas, no mesmo momento em que eu estava realizando a dissertação (nos anos 1990).

Por meio delas, pude perceber a rigorosa inversão de avaliação feita sobre aquele período, que passou (do ponto de vista do *Última Hora*), como já disse antes, de uma virtual situação de “guerra civil” à leitura de um tempo dourado, sob o ponto de vista dessas memórias (ELMIR, 1995, p. 135-163).

Creio que as escolhas a mim oferecidas no caminho, tanto pela leitura da historiografia quanto, principalmente, pela leitura dos documentos coligidos, colocaram-se a serviço de um enquadramento mais consistente de meu objeto de pesquisa. Entendo que estes rumos assumidos pelo trabalho permitiram que eu não sucumbisse, quer a uma adesão ingênuia ao discurso formulado pelo jornal, quer a uma crítica externa a ele capaz de produzir aquilo que Umberto Eco denomina de “interpretação paranoica” ou “superinterpretação” (ECO, 1993). Tenho para mim, vale dizer novamente, que a opção por uma série mais longa, capaz de fornecer a conclusão pela correta discriminação entre a repetição/constância, de um lado, e a ocasionalidade, de outro, garante uma segurança maior naquilo que será dito. Nesse sentido, o recurso a outras fontes – mesmo que subsidiárias – pode ajudar a não procurar (e encontrar) em um texto isolado o sintoma, o exemplo, a representação ou a ilustração da ideia que queremos provar. Isso quer dizer que iremos encontrar o discurso sobre o crime ao leremos a “crônica policial” de um jornal, da mesma maneira que iremos encontrar “criminosos” ao leremos processos criminais. O desafio é, entre tantos outros, extraír o “normal” do “excepcional”¹³.

Uma hora tinha chegado o momento de eu começar a escrever a dissertação. Uma hora é preciso acabar com a pesquisa, conceber o “sumário” e começar a escrever os resultados da investigação (às vezes a ordem não é bem essa!). Essa hora chegou pra mim e isso tudo se deu. Mas algo inusitado aconteceu. Na véspera do aniversário da minha mãe, em 1994, ocorreu (soube-se depois) o maior motim já havido no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul, com uma espetacular fuga no Presídio Central. Ao longo do mês de julho, eu separei e li todas as matérias produzidas pelo jornal *Zero Hora* a respeito desse motim e de sua repercussão,¹⁴ sem saber ainda com que finalidade. De certa forma, eu sabia que a *Zero Hora* era a sucessora do *Última Hora*. Depois de ler as matérias, soube

também que ali se dera uma grande disputa entre o governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o poder judiciário e a imprensa acerca das responsabilidades pela deflagração do motim e por suas consequências. Dei-me conta ainda, como nos ensinou Jacques Le Goff e, antes dele, tantos outros autores (LE GOFF, 1996, p. 23-8), que os motivos para se escrever qualquer história são aqueles do presente do historiador (o presente colocando questões para o passado...). Chegou uma hora em que eu tive que escrever a “Introdução” da dissertação e, coerentemente com minhas deficiências estruturais – lento e prolixo –, juntei todo aquele material e contei a história do motim. Evidentemente, antes de anunciar a que eu vinha exatamente. Fiz este desvio de rota supondo, talvez, que as boas histórias também são feitas com suspense. Depois disso, na ordem do texto, mas não necessariamente de sua escritura, veio o trabalho propriamente dito. Posteriormente, haja vista sua não necessária adesão estrutural ao texto da dissertação, pude apartá-la daquele trabalho e publicá-la em separado (ELMIR, 2005, p.535-553).

Considerações finais

Em maio de 1960, quando *Última Hora* finalmente revela o motivo do desaparecimento da jovem Marina e passa a contar a história de amor entre ela e seu cunhado, havia em Porto Alegre uma menina de nove anos de idade a quem o pai não permitia ter acesso a esse jornal, embora ele o lesse. A fama de ser o tipo de jornal que “se espreme, sai sangue” deve ter sido determinante para essa interdição. Em 1991, quando inicio esta pesquisa, ela era quase um trabalho de encomenda. Minha orientadora, Céli Regina Jardim Pinto, sugeriu-me trabalhar com o discurso sobre o crime na imprensa e me indicou o período de 1946 a 1964. Naquele começo, fui ao Arquivo Histórico Moysés Velinho, que ainda se localizava na Rua Jerônimo de Ornellas, em Porto Alegre, e pedi para consultar o *Correio do Povo* de janeiro de 1946. Eu tinha uma pergunta e uma cronologia. Supunha, naquele momento, trabalhar com o mais importante e o mais conhecido jornal do Estado, fundado no final

do século XIX. Folheei atentamente todo o mês de janeiro, que estava encadernado, e não encontrei nada. Saí muito decepcionado do arquivo. Eu tinha uma pergunta para a qual a fonte selecionada não me fornecia qualquer resposta – ou, pelo menos, não a resposta que eu esperava. O jornal era “muito sério”. A “crônica policial” ocupava no máximo uma página no maior jornal, e a abordagem dessas matérias era bastante contida e econômica na extensão. Voltei à Céli para relatar meu insucesso. “Não existe discurso sobre o crime no *Correio do Povo*”, disse a ela. Foi então que ela pensou e me sugeriu trabalhar com o *Última Hora*. Ali, certamente, eu iria encontrar. Fui, agora, ao Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa e lá fui apresentado à folha de Samuel Wainer. Ao examinar o primeiro exemplar, de 15 de fevereiro de 1960, pude perceber, para minha felicidade, que lá, sim, havia um discurso sobre o crime. E, como já disse antes, ele estava em todos os lugares, e ele era caudaloso em um pequeno jornal. Ao, finalmente, concluir e defender minha dissertação, em outubro de 1996, pude contar àquela menina, muitos anos depois, a história a que ela não tivera acesso na infância. Este trabalho, até certo ponto, nasce de uma memória. Em um dia de início de orientação, a construção do problema desencadeou um gatilho mnemônico: o de minha orientadora, sobre a sua infância. Eu já tive a oportunidade de fazer isso na ocasião certa, mas hoje eu quero agradecer de novo este presente que a Céli me deu.

AN ADVENTURE WITH THE ÚLTIMA HORA: THE NEWSPAPER AND HISTORICAL RESEARCH

Abstract: The article reports the research carried out with *Última Hora* Newspaper, Porto Alegre, which circulated in the State of Rio Grande do Sul from 1960 to 1964. The text rebuilds the investigation trajectory that had as main theme the representations built about the crime in the periodical, highlighting the challenges faced in the occasion and the methodological options made throughout the work.

Keywords: *Última Hora* Newspaper. Discourse about the crime. Methodology. Research report.

Notas

¹ Conferência de Abertura do Colóquio *Fontes Periódicas: imprensa política e cultural latino-americana*, promovido pelo PPG em História da UFRGS, proferida no dia 20 de novembro de 2007. Sou muito grato à Cláudia Wasserman pelo honroso convite para participar desse Colóquio. O texto dessa Conferência retoma e aprofunda questões já desenvolvidas no artigo “As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica”, publicado em dezembro de 1995 nos *Cadernos de Estudo* n. 13, do PPG em História da UFRGS, sob o título: “O uso das fontes: a bibliografia acadêmica, o jornal e o documento oficial na pesquisa histórica”. Agradeço a Martin Norberto Dreher o reiterado estímulo para que eu recobrasse as discussões esboçadas naquele primeiro texto, dando-lhes maior densidade.

² A questão de definir, com rigor, quem é o leitor empírico do jornal é, quase sempre, de difícil resolução, especialmente naquele momento – início dos anos 1960 –, quando a preocupação das empresas de comunicação de dirigirem seus produtos a um público segmentado recém dava os primeiros passos. Um cuidado metodológico absolutamente imprescindível, nesse sentido, consiste em não confundir o leitor modelo (ou leitor ideal) do jornal – aquele visado pela produção do discurso jornalístico – com o leitor real propriamente, ou seja, aquele que empiricamente respondia pela recepção efetiva. Ana Maria Laurenza, em sua dissertação de mestrado, na qual aborda comparativamente o *Última Hora* e o *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro, associa o vespertino de Wainer ao seguinte público leitor: “classe média baixa urbana”; “grande público”; “classe média urbana” (LAURENZA, 1998, p. 53, p. 81 e p. 121). Maria Helena Capellato, por sua vez, parece confundir o projeto político ao qual o jornal supostamente se vincula com o discurso mesmo do jornal, quando, na verdade, seriam instâncias distintas de um mesmo processo. Diz ela: “O jornal *Última Hora* se define como um jornal populista” (CAPELATTO, 1981, p. 119). Outro autor tenta estabelecer, a meu ver de maneira confusa, vínculos entre a forma assumida pelo jornal (“seu estilo escrito-visual”) e as expectativas e valores das “camadas médias da sociedade” (GODOY, 2008). Especificamente para o caso do Rio Grande do Sul, Francisco Rüdiger peca pela generalização, ao dizer: “A folha teve grande receptividade entre o público leitor, principalmente por parte das camadas populares emergentes” (RÜDIGER, 1993, p. 65). Recentemente, através de *tour de force* admirável, Adhemar Lourenço da Silva Júnior demonstra, para além do interesse específico da discussão em causa aqui e para um período mais amplo do século XX, as tremendas dificuldades que estão envolvidas no estabelecimento de critérios objetivos capazes de apontar para algo a que se possa denominar de “classe média” no Rio Grande do Sul (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 273-289).

³ A cultura auditiva forjada pela escuta do rádio, veículo de comunicação mais

democrático do período, certamente contribuiu a esta escrita com vistas ao ouvido que o jornal *Última Hora* cultivou. Segundo estatísticas do IBGE para o ano de 1960, “O Rádio ainda era o principal meio de comunicação de massa. [...] a presença do rádio por domicílios no Brasil era de 35,45%, no Rio Grande do Sul este percentual subia para 52% e em Porto Alegre chegava a 83,3% de domicílios com aparelhos de rádios” (DIAS, 2009, p. 84). Ao lado disso, o fato de ser diminuto o número de residências que contavam com aparelhos de televisão nessa conjuntura – em 1970, apenas 15% dos domicílios no Rio Grande do Sul tinham televisão (cf. RÜDIGER, 2007, p. 376) –, concorria, em alguma medida, para a forte presença da dimensão visual no jornal impresso. Para uma discussão sobre o fotojornalismo, vinculado ao jornal *Última Hora* de Porto Alegre, referido ao “movimento da legalidade” de 1961, ver DIAS, 2009. O autor associa, de maneira pouco refletida, a profusa presença de fotografias no jornal à opção pelo “sensacionalismo”.

⁴ Um estudo pioneiro, que bem dimensiona as relações entre o discurso político populista e o discurso jornalístico populista, por meio do caso do *Última Hora*, é a dissertação de mestrado (1979) de Gisela Taschner Goldenstein. Diz ela: “Em suma, o jornal tanto no conteúdo como na forma usou de dispositivos que têm em comum com a indústria cultural técnicas de sedução do público almejado como alvo. Mas colocou-os todos a serviço da veiculação da proposta política do populismo varguista, ou seja, a sedução da retórica populista combinou-se com a sedução das técnicas da indústria cultural” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 46-7). A autora faz o contraponto do jornal de Wainer ao *Notícias Populares*, ambos de São Paulo. Para uma contextualização da crise política associada às relações entretidas entre Getúlio Vargas e Samuel Wainer, que resultou em 1953 na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar operações de crédito do Banco do Brasil envolvendo o jornal *Última Hora*, ver NOVAES E CRUZ *et al*, 1983, p. 231-246. Ver, também, CARVALHO, 2000 e GUIMARÃES, 2011. Para uma contextualização mais ampla desse processo de crise do governo de Getúlio Vargas, associado, mesmo assim, ao papel desempenhado pela imprensa naquela conjuntura política, ver o artigo de ABREU & LATMAN-WELTMAN, 1994.

⁵ “Examinar os textos da mídia retoricamente é examinar como os significados são produzidos e arranjados, de modo plausível, agradável e persuasivo. É explorar a relação entre o familiar e o novo; decifrar a estratégia textual. Mas é também investigar a audiência; encontrar onde e como é colocada no texto; compreender como os lugares-comuns se relacionam com o senso comum; como a novidade é construída sobre uma base familiar; e como os truques são criados e os clichês mobilizados em mudanças de gosto e estilo” (SILVERSTONE, 2002, p. 76).

⁶ Estou aqui estabelecendo um diálogo com uma expressão de Umberto Eco, por ele utilizada em seu antigo e famoso texto *Como se faz uma tese* (1977). Mas é importante mencionar que o contexto semântico no qual a expressão foi cunha-

da não é idêntico àquele do uso que faço agora. No capítulo onde trata d' *O plano de trabalho e o fichamento*, Eco alerta sobre o cuidado que se deve ter com as photocópias no trabalho de pesquisa, já que, em algumas ocasiões, elas funcionam como um álibi: “Alguém leva para casa centenas de páginas fotocopiadas e a ação manual que exerceu sobre o livro lhe dá a impressão de possuí-lo. E a posse exime da leitura. Isso acontece a muita gente. Uma espécie de *vertigem do acúmulo*, um neocapitalismo da informação” (ECO, 1998, p. 95-6) (grifo meu).

⁷ Este é o caso da abordagem das relações entre imprensa e sociedade empreen-dida por Ciro Marcondes Filho (1989). Ver uma crítica a esse tipo de entendimen-to em ELMIR, 1996, p. 28-36.

⁸ Na verdade, estou aderindo aqui à compreensão de que é tarefa da história bem articular ambas as dimensões que fazem parte do inquérito do historiador, combinando um nível mais descritivo (o “como”) com outro mais explicativo (o “porquê”), embora, a rigor, no meu modo de entender, eles estejam imbricados na sua narrativa. Ao trabalharmos com a mídia como fonte de estudo, acredito ter me aproximado, sem o saber naquela ocasião, de uma abordagem que Roger Silverstone designa como “poética da mídia”. Diz ele, de maneira parcimoniosa: “Nossa poética da mídia precisa, portanto, ir além do descritivo. Ela não pode tomar o valor declarado pelo que parece ser. Mas deve compreender que a crí-tica depende de uma compreensão dos processos em atividade” (SILVERSTONE, 2002, p. 92. Grifos meus).

⁹ O critério para a escolha deste período (1946-1964) está relacionado ao fato de que, situado entre dois momentos de regimes ditatoriais (1937 a 1945 e 1964 a 1985), naqueles anos relativamente democráticos, a imprensa gozou de maior li-berdade de expressão. Portanto, a “inexistência” de censura permitiu uma mani-festação mais autêntica, se assim podemos dizer, dos jornais. Dão mostras disso as intensas e ferrenhas disputas políticas travadas entre a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e o *Última Hora*, de Samuel Wainer, no Rio de Janeiro, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-4). Ver, a esse respeito, BARBOSA, 2007, p. 180-7.

¹⁰ A mim, não cessam de chegar situações que demonstram esse fato. Afirmar, por exemplo, que o Editorial principal, não assinado, do jornal expressa o ponto de vista da empresa pode esconder inusitadas circunstâncias. Em texto necroló-gico, no qual faz o elogio da figura do jornalista Luiz Pilla Vares, recém falecido, Lauro Schirmer lembra: “Em ZH Pilla Vares foi editor, colunista e também reda-tor dos editoriais que afirmavam a opinião do jornal. Embora comunista, como profissional via-se na obrigação de sustentar as opiniões dos donos do jornal, o que levou um dos colegas, o sempre bem-humorado Melchíades Stricher, a las-car: - O Pilla trocou Trotsky pelo Sirotsky!” (SCHIRMER, 2008, p. 8).

¹¹ “Corvo”, segundo depoimento colhido por Ana Maria de Abreu Laurenza, é o apelido pelo qual ficou conhecido o principal opositor de Samuel Wainer e que

foi divulgado por este no *Última Hora* em maio de 1954 (LAURENZA, 1998, p. 42). Para um histórico das relações pessoais de Samuel Wainer e Carlos Lacerda, e as desavenças entre eles, ver MENDONÇA, 2008.

¹² O mesmo artigo foi republicado no livro *O imaginário trabalhista*. (FERREIRA, 2005).

¹³ Estou pensando aqui, especialmente, na possibilidade que existe na análise de um determinado fenômeno de se estabelecer conclusões menos estritas, tendo em vista um cenário social mais amplo, a partir de situações específicas e que, a princípio, podem não ser representativas deste. Para uma reflexão sobre algumas das controvérsias que envolvem o uso da expressão “excepcional normal”, cunhada por Edoardo Grendi, ver REVEL, 1998, p. 32-3.

¹⁴ A ridicularização da figura e do governo de Alceu Collares (PDT), promovida pelo jornal e liderada pelo seu Diretor de Redação, o jornalista Augusto Nunes (coincidentemente, o biógrafo de Samuel Wainer), somente seria superada, alguns anos depois, pela crítica sistemática da política de segurança pública realizada durante o governo de Olívio Dutra (PT) e pelo linchamento moral de José Paulo Bisol, que a *Zero Hora* e, de maneira geral, a RBS patrocinaram.

00
00

Referências

ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. GOMES, Ângela (Org). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 23-59.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAPELATO, Maria Helena R. “Populismo na imprensa: UH e NP”. In: MARQUES DE MELO (Coord). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981, p. 117-124.

CARVALHO, Aloysio H. C. A opinião pública e a CPI da *Última Hora*. São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em História).

DE GRANDI, Celito. *Caso Kliemann*. A história de uma tragédia. Porto Alegre: Literalis, Edunisc, 2010.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DIAS, Cláudio Fachel. *História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS)*:

imprensa e política na crise da legalidade (1961). Porto Alegre: PUCRS, 2009 (Dissertação de mestrado em história).

_____. *Fotojornalismo e legalidade (1961): Última Hora Riograndense*. Porto Alegre: Medianiz, 2011.

ELMIR, Cláudio Pereira. *O Crime da Última Hora: Porto Alegre na passagem dos anos 50*. Porto Alegre: UFRGS, 1996 (Dissertação de mestrado em história).

ELMIR, Cláudio Pereira. “A noite dos desesperados”: motim no Presídio Central em Porto Alegre. *Anos 90* (Revista do PPG em História da UFRGS). Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 535-553, jan./dez. 2005.



_____. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo* n. 13, do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1995, p. 19-29.

_____. Os anos dourados de Porto Alegre: a construção do mito da idade de ouro na memória da cidade. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e HAGEN, Acácia Maria Maduro (Org). *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Caixa Econômica Federal, 1995, p. 135-163.

FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 61-96.

_____. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 163-209.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Getúlio Vargas. Uma memória em disputa. STABILI, Maria Rosaria (Coord). *Entre historias y memorias. Los desafios metodológicos del legado reciente de América Latina*. Madrid: AHILA/Iberoamericana, 2007, p. 21-36.

GODOY, Alexandre Pianelli. Ver para crer: na *Última Hora. Histórica*. Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, n. 31, p. 1-9, 2008.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Legalidade” na Imprensa. In: NOLL, Maria Isabel et al. *O movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre, Webprint, 2011, p. 29-59.

GUIMARÃES, Maikio. *Caso Última Hora: a crise que mudou o curso da história*. Porto Alegre: BesouroBox, 2011.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da *Última Hora. Histórica*, Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 31, p. 1-22, 2008.

NOVAES E CRUZ et al. (Org). *Impasse na democracia brasileira. 1951-1955*. Coletânea de documentos. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

RÜDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e industrial cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. In: GERTZ, René (Dir). *História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4. República. Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 355-398.

_____. *Tendências do jornalismo gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Companhia das Letras, 2007.

SCHIRMER, Lauro. Pilla Vários. In: *Zero Hora* (Caderno de Cultura), Porto Alegre, 11 de outubro de 2008, p. 8.

SILVA JÚNIOR, Adhemar. Em busca da classe média. In: GERTZ, Rene (Org). *História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 4: República (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-289.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

WISNIK, José Miguel Soares. Ilusões perdidas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 321-43.

Recebido em: 31/07/2012

Aprovado em: 18/09/2012